

O “consenso” no Projeto Principal para a Educação na América Latina e Caribe (1980-2000): diálogos com Bakhtin e Arendt

“Consensus” in the Major Project of Education in Latin America and the Caribbean (1980 - 2000): dialogues with Bakhtin and Arendt

El “consenso” en el Proyecto Principal para la Educación en América Latina y el Caribe (1980-2000): diálogos con Bakhtin y Arendt

Fabricia Pereira de Oliveira Dias

Universidade Federal do Espírito Santo; Prefeitura Municipal da Serra

fabricia30@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6152-9931>

Prof. Dra. Vania Carvalho de Araújo

Universidade Federal do Espírito Santo

vcaraujofes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7678-1689>

RESUMO

Este artigo, sob formato de ensaio, problematiza os termos unanimidade e consenso utilizados no Projeto Principal para a Educação na América Latina e Caribe (PPE). Em diálogo com Bakhtin e Arendt, discute sobre o caráter ilusório desses termos e sua utilização determinística, indicando sua larga influência nas deliberações brasileiras para a educação entre 1980 e 1990. Para o aprofundamento das análises, toma por referência as enunciações presentes nos Boletins publicados na vigência do Projeto. Conclui que o frequente recurso aos termos, em vez de representar um comum acordo e uma deliberação conjunta entre os países da região, constituiu-se em um artifício performático para validar objetivos previamente arquitetados pelos diferentes organismos internacionais.

Palavras-chave: Caribe e América Latina. Consenso. Política educacional. Unesco.

ABSTRACT

This paper, in an essay format, questions the expressions unanimity and consensus used in the Major Project of Education in Latin America and the Caribbean (PPE). In dialogue with Bakhtin and Arendt, it examines the illusory nature of these expressions and their decisive use, showing their wide influence in Brazilian deliberations for the education of children between 1980 and 1990. In order to enhance the analysis, it takes the enunciations in the

Bulletins published during the Project as reference. It concludes that the constant use of the expressions, instead of representing a common agreement and a joint deliberation among the countries of the region, constituted themselves in a performative resource to validate aims previously designed by the different international organizations.

Keywords: *Caribbean and Latin America. Consensus. Educational Policy. Unesco.*

RESUMEN

Este artículo, en formato de ensayo, problematiza los términos de unanimidad y consenso utilizados en el Proyecto Principal para la Educación en América Latina y el Caribe (PPE). En diálogo con Bakhtin y Arendt, discute sobre el carácter ilusorio de estos términos y su uso determinista, indicando su amplia influencia en las deliberaciones de educación brasileñas entre 1980 y 1990. Para profundizar el análisis, toma como referencia las declaraciones contenidas en los boletines publicados durante el proyecto. Concluye que el uso frecuente de los términos, en lugar de representar un acuerdo común y una deliberación conjunta entre los países de la región, se constituyó en un constructo para validar objetivos previamente diseñados por las diferentes organizaciones internacionales.

Palabras clave: *América Latina y el Caribe. Consenso. Política Educativa. Unesco.*

Considerações Iniciais

O título escolhido traduz nossas inquietações diante dos enunciados produzidos pelo PPE – 1980-2000, projeto dinamizado e estruturado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) mediante solicitação dos países participantes da Conferência Regional de Ministros da Educação e de Ministros Encarregados do Planejamento Econômico dos Estados membros da América Latina e do Caribe (Cidade do México, 1979). Nosso objetivo constitui-se em dialogar, a partir de apontamentos de Bakhtin (2010, 2010a), Bakhtin e Volochínov (2010) e Arendt (2002, 2007), sobre os termos consenso e unanimidade tão utilizados nos registros desse projeto, discutindo sobre os possíveis sentidos por eles produzidos.

Nossas reflexões emergem da leitura do relatório de pesquisa de Gontijo (2016) que, tratando de determinada proposta de desseriação no Estado do Espírito Santo, na década de 1990, desnudou vinculações entre interesses de organismos internacionais (via PPE) e deliberações governamentais brasileiras e capixabas para a educação nesse período. Gontijo (2016) torna evidente que o Projeto Principal influenciou decisões do governo brasileiro referentes à educação de crianças nas décadas de 1980 e 1990. Buscando os fios dessa trama discursiva, detivemos nossa atenção sobre alguns materiais produzidos durante os 20 anos de existência do PPE (1980-2000), especificamente os 50 periódicos denominados Boletins, que objetivaram

[...] registrar, comentar y difundir las actividades que los Estados Miembros de la región realicen en el marco del Proyecto Principal, así como aquellas que se desarrollen al nivel regional y subregional, como resultado de la cooperación horizontal y la cooperación internacional en apoyo de los esfuerzos nacionales para el cumplimiento de los objetivos señalados al Proyecto (UNESCO/OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1982, p. 2).

Os Boletins, portanto, cumpriam a função de registro, tratamento e divulgação de demandas e atividades desenvolvidas pelos países participantes, além de contribuições teóricas. Também ajudaram a conformar o pensamento educativo da região latino-americana em torno dos objetivos do Projeto Principal e dos interesses a eles vinculados. Neles, os termos unanimidade e consenso atraíram nossa atenção por serem muito mencionados, construindo uma ideia de um comum acordo entre todos os países sobre a educação: todos, sem exceção, pensavam o mesmo sobre a concentração de suas ações no combate à extrema pobreza, visando à universalização da educação básica (com duração mínima de 8 a 10 anos), à superação do analfabetismo e à melhoria da qualidade e da eficiência dos sistemas educativos da América Latina e Caribe.

Estabelecidos, pois, a partir de um suposto consenso entre os países, esses objetivos tornaram-se as prioridades educativas. Além disso, dadas as condições de sua produção (metas registradas pela Unesco após reunião convocada por esse mesmo organismo internacional) e a dimensão continental desse projeto, inquietou-nos sua caracterização homogênea e uniforme erguida por meio da imagem de um acordo. Seria possível unanimidade sobre a educação de uma região tão vasta e diversa como a América Latina? De uma reunião planejada e dinamizada pela Unesco que consenso(s) poderia(m) ser enunciado(s): aqueles diretamente vinculados à pauta proposta por esse órgão ou outros que, efetivamente, refletiriam a necessidade dos países da região? Não questionamos a urgência de ações direcionadas as três questões estabelecidas pelo PPE (1980-2000), mas tensionamos se essas seriam as mais determinantes para todos os países dessa região.

Provocadas pelos apontamentos de Bakhtin (2010a, 2010b) e Bakhtin e Volochínov (2010), consideramos três diferentes aspectos a respeito dos sentidos produzidos pelos termos unanimidade e consenso: seu caráter ilusório e sua capacidade determinística; sua suposta neutralidade; e sua debilidade diante do múltiplo e do diverso. Para isso fundamentamos nossas discussões nos conceitos bakhtinianos de ato, de

natureza ideológica dos signos e de polifonia. Essas primeiras reflexões foram acrescidas de novas réplicas após o encontro com as ideias de Hannah Arendt que potencializaram novas reflexões, motivando a articulação das primeiras discussões à compreensão de política dessa autora. Mikhail Bakhtin e Hannah Arendt têm em comum, além de inúmeras proposições, a experiência de viverem as improbidades de regimes totalitários (o stalinismo e o nazismo) e a visualização de um horizonte que se poderia construir a partir de uma postura ético-responsável (de dever responder a partir de seu lugar, sem alibi) e também ético-política (compromisso com o horizonte público e comum).

Para Bakhtin (2010), essa ética fundamenta-se em sua radical visão dialógica de mundo. Conceito dominante na arquitetura bakhtiniana, o dialogismo refere-se às relações com vozes de outros que emergem, disputam espaço, polemizam e lutam por igualdade. Para o autor, a vida é um evento dialógico que presume a produção de enunciados (elos de uma cadeia comunicativa) em interações sociais, envolvendo sujeitos situados. Portanto, "[...] a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor" (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2010, p. 116).

Assim, a palavra dirige-se a um interlocutor (mesmo ausente), exige dele respostas e constitui-se como ato responsável na medida em que "Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca" (BAKHTIN, 2010b, p. 96). Partir dessa perspectiva dialógica implica lidar com palavras alheias, o que impele uma postura responsável e comprometida com o outro que fala de determinado lugar e a partir de outras concepções de mundo. Além disso, implica lutar por relações equivalentes e enunciar-se (na interação com os outros) em seu dever responder responsabilmente (BAKHTIN, 2010b).

Mesmo não tratando de consensos, o dialogismo bakhtiniano nos provocou questões a respeito. Definidos a partir de uma reunião pensada e organizada pela Unesco, como esses acordos consideraram o outro em seu direito de réplica? Apresentados como nobres e urgentes, como esses objetivos pactuados unanimemente poderiam ser questionados, polemizados e complementados? Como diferentes vozes nessa interação puderam ser equipotentes? Acreditamos que, sob a fachada da neutralidade e de uma suposta dimensão universalizante, as ações dos países foram presumidas e

preestabelecidas, seguindo o fluxo do humanitarismo da Unesco e de outros organismos internacionais.

Para Arendt (2002, 2010), um agir político refere-se à pluralidade dos agentes, à sua deliberação conjunta, visando à constituição de um *ethos* público. A política não se refere a relações governamentais, nem mesmo a deliberações oficiais ou a questões relativas ao Estado, ainda que não as excluam. Sua perspectiva parte da premissa da política como capacidade do agir humano, pois é gerada pela ação em conjunto dos cidadãos e por meio de convencimento mútuo. O poder político, nesse caso, é concebido como expressão de uma experiência pública fundamentalmente dialógica e não violenta, opondo-se à tradicional concepção do pensamento político ocidental que vê o poder como dominação.

De acordo com a referida autora, a política baseia-se na pluralidade dos homens, trata da convivência entre diferentes e se constitui no "entre-os-homens" (ARENDR, 2002). Não é, portanto, da ordem da natureza humana, mas do agir humano. Livre agir, nesse sentido, é agir em público, espaço original do político. Aguiar (2009, p. 166) ainda explicita mais as palavras da autora afirmando que a "[...] política não é do campo do arbitrário, mas da intersubjetividade, persuasão e consentimento".

É justamente pelo fato de a política tratar da pluralidade e da convivência entre diferentes que o consenso se estabelece como uma marca dialogal do agir humano, tendo em vista o acordo mútuo e um mundo com significações e objetivos partilhados por uma comunidade. Assim, longe de corresponder a um conjunto de interesses privados, de necessidades e satisfações particulares, um consenso é uma aposta ético-política, cuja experiência deve ter como horizonte o bem comum e um "[...] novo simbolismo cultural que interpela alteridade" (ASSY, 2015, p. XXXIII); tem a ver, portanto, com uma prática contínua de alteridade, com um imperativo à ação na qual tornam públicas nossas intenções e audíveis nossas opiniões. A política não nega, mas transcende o que cada um de nós é no espaço privado.

Assim, com Bakhtin (2010a, 2010b), Bakhtin e Volochínov (2010) e Arendt (2002, 2007), arriscamos uma perspectiva teórica comprometida com a compreensão crítica dos sentidos dados pelos consensos produzidos no/pelo PPE (1980-2000). Para isso, metodologicamente, assumimos as diretrizes de uma pesquisa documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), uma vez que o movimento de escrita foi construído com a leitura de documentos que refrataram determinados pontos de vista, subsumindo a

pluralidade, a diversidade e a liberdade, temáticas tão caras aos dois autores que orientam teoricamente nossas reflexões.

Dialogando sobre os sentidos do termo consenso e suas relações com o PPE (1980-2000)

Inicialmente, consideramos conveniente elencar alguns significados dos termos em foco. Consenso, do latim, "consentire", significava "sentir junto" e passou a assumir o sentido de "dar permissão, concordar".¹ Unânime, por sua vez, seria a junção de "Unus" (que significa "um" em latim) e seu final derivado do latim "anima" (que significa alma). Assim, "[...] uma opinião unânime é como se tivesse sido emitida por uma só alma/uma só pessoa".²

Recorrendo a um dicionário de língua portuguesa, conseguimos descrever mais sentidos dos vocábulos unânime ou unanimemente:

[...] Quando todos concordam com uma ideia ou proposta, sem nenhuma exceção [...]. Todos têm o mesmo propósito, uma mesma visão [...]. Que tem o mesmo sentimento ou a mesma opinião [...]. Que têm os mesmos sentimentos e propósitos; que é aceito por todos [...].³

Na mesma direção, para consenso encontramos as afirmações:

[...] Acordo, um fim homogêneo de ambas as partes [...]. Acordo geral que se opõe ao sistema de votação por não aceitar a ideia de que a maioria esmaga a minoria. Em um consenso todos devem ser ouvidos e respeitados, é um processo de decisão que não conta com opções imitadas e sim com a construção de uma decisão que trabalhe com o grupo como um todo [...]. Decisão, sistema de votação em que todo o grupo ou comunidade entra na tomada de decisão [...]. Entrar em acordo, ou seja, em uma solução correta [...]. Entendimento coletivo, acordo [...]. Algo acordado entre pessoas do mesmo grupo [...].⁴

Os possíveis significados do termo consenso conduziram nossa atenção para uma unidade de visões, propósitos, sentimentos; do termo unânime inferimos a concordância sobre determinado assunto. Contudo, todas as afirmações partiram da ideia de um comum

1 CONSENSO. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/consenso/>. Acesso em: 1º ago. 2017.

2 UNÂNIME. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/consenso/>. Acesso em: 1º ago. 2017.

3 UNÂNIME. Disponível em: <http://dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 2 ago. 2017.

4 CONSENSO. Disponível em: <http://dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 2 ago. 2017.

acordo entre partes, de estar junto para deliberar, de anuência dos envolvidos, além de uma escuta respeitosa. Esses elementos foram fundamentais para discutirmos os consensos para a educação na vigência do PPE (1980-2000). Seriam eles potencialmente produzidos ou meramente referendados?

Reconhecemos as discussões sociológicas já tecidas em torno do paradigma do consenso e as críticas sobre como desconsideram as contradições intrínsecas à vida social, supervalorizam uma suposta estabilidade das relações e acabam mantendo uma determinada ordem social (GOMES, 1983). No entanto, não partimos desse ponto, uma vez que acreditamos na potência de decisões conjuntas, se tomarmos como premissa um horizonte público.

Compreendemos, ainda, o conceito de *Illusio* em que Bourdieu (1996), em uma análise macro das ações mobilizadas pela sociedade, discute a existência de um consenso tácito e generalizado que estrutura as relações sociais e legitima as desigualdades. Suas críticas nos provocam uma análise criteriosa das bases em que se fundamenta as interações sociais, pois, "Se você tiver um espírito estruturado de acordo com as estruturas do mundo no qual você está jogando, tudo lhe parecerá evidente e a própria questão de saber se o jogo vale a pena não é nem colocada" (BOURDIEU, 1996, p. 139).

Entretanto, fundamentadas em conceitos arendtianos e bakhtinianos, pensamos sobre o movimento que garantiu a fusão de vozes dos países da região da América Latina e do Caribe. Em nossa opinião, tendo sido pensadas previamente pela Unesco, as prioridades para a educação apenas foram referendadas pelos países desse continente uma vez que representaram a vontade de um organismo internacional. Concordamos com Shiroma, Moraes e Evangelista (2000) quando afirmam que a Unesco torna determinadas diretrizes consensos. Mas, além disso, acreditamos que formaliza projetos de amplitude, como o PPE (1980-2000), apenas como espaços performáticos de deliberação de interesses estabelecidos previamente (PAOLI, 2007).

Partindo da ideia de um consenso que se fundamenta no diálogo e na deliberação conjunta, nele estariam presentes forças diferenciadas, vozes múltiplas. Com Bakhtin (2010b) e Arendt (2002, 2007) entendemos como essa perspectiva dialógica é potente e complexa, derivada de enunciações diversas produzidas em interações e sem fim preestabelecido. No entanto, nos Boletins vemos revelado um movimento de condução e direcionamento. Neles, embora diferentes autores se posicionem a partir de diversos pontos de vista, constatamos a presença mais forte de algumas ideias em detrimento de

outras e observamos mais fortemente a presença de alguns autores e de temáticas mais recorrentes em relação a outras. No que se refere à alfabetização infantil, especificamente, o fracasso escolar é o assunto mais reiterado, tratado mais por uma determinada lógica (perda de recursos) e detidamente por alguns sujeitos. Que pluralidade pode existir?

Assim, acreditamos que os consensos elaborados no PPE (1980-2000) foram estabelecidos por meio de acordos que maquiaram decisões previamente pensadas para a condução da educação dos países latino-americanos, que parecem ser ouvidos por meio de estatísticas e informes analisados por organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Unesco etc.). Entretanto, mais ouvem do que se enunciam, uma vez que fornecem dados e recebem orientações produzidas a partir deles. Em síntese: quem supostamente sabe fazer (organismos internacionais) recomenda ações ao que precisa realizar (nações da América Latina e Caribe).

Entendemos, portanto, que esses consensos não partiram de interações em que a prerrogativa fosse a deliberação conjunta, a pluralidade ou a condição de igualdade das múltiplas vozes em termos de suas visões e opiniões. Revelam acordos formalizados em reuniões que, por sua vez, se constituíram em espaços de sobredeterminação: neles, grupos com determinados interesses decidiram o futuro da região. Para Arendt (2002), isso é ausência de política, pois, se não há pluralidade, não há diálogo e não há possibilidade de acordos (mesmo que estes se apresentem sempre provisórios, demandados continuamente de novas experiências decorrentes da imprevisibilidade e da contingência dos acontecimentos).

Partimos do pressuposto de que, pensados verticalmente (da Unesco para os países latino-americanos), os consensos no PPE (1990-2000) foram produzidos/fabricados em meio a uma experiência de subordinação; movimento fortalecido pela supervalorização de unanimidades forjadas à revelia do diálogo. Compreendemos que precisariam emergir da interação entre homens e mulheres, visando a uma outra experiência que pudesse ser estabelecida.

Discutindo o consenso a partir do diálogo com categorias bakhtinianas e arendtianas

Nesta seção, tentamos qualificar ainda mais nossos enunciados anteriores, tendo como aportes teóricos os conceitos bakhtinianos de ato/evento, signo ideológico e polifonia. Eles nos permitiram discutir, nesses acordos unânimes, seu caráter ilusório,

determinístico e supostamente neutro, além de seu efeito despotencializador. Arendt (2002), na esteira desses diálogos, ajudou-nos a compreender a perda do sentido da política nesse processo de fabricação de consensos, uma vez que foram desconsiderados a pluralidade do agir humano e o ethos público como horizonte.

A partir da ideia da singularidade como característica das ações humanas, discutida por Bakhtin (2010b) em suas enunciações sobre o ato responsável, refletimos sobre a ilusão dos consensos no PPE (1980-2000) e sobre a sua capacidade de sobredeterminação da vida. As afirmações desse autor emergem a partir de críticas dirigidas ao "teoricismo" reinante em sua época. Entre outras questões, discutiu a cisão erigida entre o mundo teórico e o mundo vivido, tratando da separação que o mundo da cultura (a filosofia, a ciência, a estética e a ética) estabelece entre o conteúdo de determinado ato e a realidade. Essa desconexão é um dos pontos fulcrais para Bakhtin (2010b, p. 43), pois, "[...] como resultado, dois mundos se confrontam, dois mundos absolutamente incomunicáveis e mutuamente impenetráveis: o mundo da cultura e o mundo da vida [...]". Nesse movimento, no mundo teórico, aparecemos

[...] determinados, predeterminados, prontos e acabados, fundamentalmente não viventes [...] nenhuma orientação prática da minha vida é possível no mundo teórico uma vez que nele não é possível viver, agir responsabilmente, nele não sou necessário e nem tenho lugar, não posso acrescentar nem tirar nada dele, não pode oferecer nenhum critério à minha vida da práxis, porque nele eu não vivo [...] (BAKHTIN, 2010b, p. 52-53).

Assim, o autor compreende que o mundo da cultura foi desligado da vida, tentando determiná-la por meio de conjecturas que, nascidas das regularidades da própria experiência humana, parecem completamente desconectadas dela. Em síntese, as abstrações teóricas assumem a arrogância de presumir a realidade que lhe deu vida. O ato, marca da singularidade humana, desliga-se desse mundo abstrato, impossível de ser vivido, cerrado em ideias e conclusões determinísticas e universalizantes. E mais, passa a ser o alvo dessas mesmas categorias científicas que tentam determiná-lo.

Bakhtin (2010b) entende que todas as teorias se justificam em suas fronteiras do mundo teórico; contudo, não representam o ato. Sua ênfase recai sobre a urgência de reaproximação dessas duas dimensões (mundo teórico-abstrato e singularidades das ações humana), que só poderiam ser apreendidas em sua totalidade por meio dessa

reconexão que geraria "[...] a unidade de sentido da apreensão do mundo, evitando a dissociação entre conteúdo e processo" (SOBRAL, 2008, p. 26).

Dessas primeiras provocações, Bakhtin (2010b) nos revela sua preocupação em religar a cultura e a vida por meio da ênfase sobre a unicidade do ato, sua singularidade. Dela deriva o caráter situado do sujeito que age a partir de determinado ponto de vista constituído em determinados tempo e lugar. Para o referido autor, qualquer ato (de pensamento, de sentimento, de fala, de desejo etc.) é único e irrepetível. Por meio dele, cada sujeito assume uma posição valorativa nesse grande diálogo da vida. A partir dessas considerações, pensamos as enunciações dos representantes de cada país como singulares e situadas, ligadas a uma situação social e histórica concreta e a um determinado ponto de vista sobre o mundo.

A imagem sólida e homogênea de um consenso nos incomodou quando desconsiderou essa singularidade dos enunciados dos países envolvidos no Projeto Principal. Eles foram emitidos a partir de uma determinada posição valorativa e, portanto, refletiram ideias motivadas por questões próprias. Acreditamos que cada representante dos países falava de um determinado lugar, de uma determinada realidade. Assim, os posicionamentos das nações emergiram de suas próprias experiências particulares. Nesse sentido, por mais que consigamos imaginar a fusão de diversas vozes de todo um continente em uma única, cada região ocupou um lugar particular nesse diálogo. Entretanto, congregadas em um todo único e uniforme de aspectos generalizáveis, as enunciações pareceram desapegadas dessas condições particulares que permitiram sua elaboração.

Essa inquietação expressou-se na leitura de alguns Boletins, pois neles observamos que prioridades aparentemente distantes das discussões oficiais estabelecidas consensualmente (como a valorização da educação bilíngue) foram simplificadas, adaptadas às discussões sobre o combate ao fracasso escolar (problema reiterado nos documentos, uma vez que impedia a consecução dos objetivos do PPE). A diversidade linguística da América Latina, então, subsumiu-se ao imperativo da eliminação da repetência (temática tratada, principalmente, pelo viés economicista).

Vale a ressalva de que não negamos a urgência de se resolver essa questão (uma das linhas de ação do primeiro e do terceiro objetivos do PPE). O que tentamos problematizar é seu desligamento do grande diálogo da vida com o apagamento das marcas dos países que vivenciavam esse problema. O que debatemos é o fato de que as

ações para diminuição da reprovação e da evasão escolares tornaram-se deduzíveis na medida em que eram delimitadas por estudos feitos, em sua maioria, pelos mesmos organismos internacionais que já mencionamos. Neles foram dissimulados interesses privatistas que, sob a égide do discurso da ineficiência dos sistemas educativos, almejavam ressignificar o papel do Estado. Assim, parafraseando Bakhtin (2010b, p. 52), os países da região se tornaram "[...] seres não viventes, predeterminados [...]" na medida em que os supostos consensos, fabricados a partir de intenções que mascaravam interesses privados, se tornavam facilmente aceitáveis por sua dimensão universalizante, determinando a educação dos povos latino-americanos.

Correlacionado ao aspecto anterior, também discutimos o consenso a partir do viés de sua suposta neutralidade, reflexão que também reforça nossa defesa de sua natureza ilusória. Em nossas leituras, a priorização da dimensão técnica e objetiva nos Boletins agrega às enunciações do PPE (1980-2000) uma suposta imparcialidade em suas ações. Nesses registros, a Unesco parece eximir-se de opiniões, escrevendo apenas decisões tomadas ou a serem tomadas coletivamente, aparentemente isentas de interesses ou mesmo de ideologias.

Em nossa compreensão, a aglutinação de diferentes vozes em um grande consenso/unanimidade sobre a educação na América Latina e Caribe é garantida por meio desse discurso, aparentemente neutro, de alcance de um bem maior (direitos sociais negados a determinados setores economicamente desfavorecidos), reforçado pela autoimagem construída pela própria Unesco como um centro catalisador que visa, só e tão somente, a fins humanitários. A própria atuação dessa instituição também é apresentada sob a égide de uma pretensa imparcialidade e sem vinculações ideológicas.

No entanto, para Bakhtin e Volochínov (2010, p. 36), "A palavra é o fenômeno ideológico por excelência". É a arena onde se confrontam valores sociais de homens e mulheres constituídos e constituintes de um determinado contexto. Por meio dela, compreendemos os seres humanos e seus pontos de vista sobre o mundo. Quando se referem às enunciações humanas como elos em uma cadeia comunicativa ininterrupta, esses autores emolduram os enunciados, situando-os como uma tomada de posição.

Essas reflexões partem de críticas ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista, linhas de estudo que encaravam a língua como um objeto destituído de contexto de produção e a tornavam mera abstração. Para a primeira corrente, a língua era entendida como um sistema de normas estáveis e invariáveis; para a segunda, uma

construção individual do ser humano, sem nenhum vínculo social. De acordo com o autor, as duas linhas de pensamento ignoravam o fato de a língua precisar ser estudada em sua materialidade viva – o discurso. Compreendendo-a como produto da interação humana, Bakhtin e Volochínov (2010) nos revelam que cada enunciado presente no diálogo contínuo da vida é posicionamento determinado pela situação mais imediata dos sujeitos e pela situação social mais ampla em que se inserem.

Assim, enunciar-se é posicionar-se: falar de determinado lugar. Por isso não há enunciado neutro; eles refletem e refratam determinada(s) consciência(s) de si, do outro e do mundo. Portanto, não há texto neutro: todos são configurados a partir de pontos de vista, potencialmente ideológicos, norteados por perspectivas histórica e socialmente construídas, marcados pelo horizonte social de uma época e por grupos sociais estabelecidos.

Embora não considere a palavra como fenômeno ideológico, mas como um modo de tornar visível e audível nossas intenções por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco, Arendt (2002, p. 59-60) parece dialogar com Bakhtin e Volochínov (2010) quando afirma que “[...] a coisa só se mostra e se manifesta numa perspectiva, adequada e inerente à sua posição no mundo”. Tratando da liberdade de falar um com o outro, a autora discorre sobre a impossibilidade de compreendermos o mundo a partir de nós mesmos. É preciso, ao contrário, entendê-lo “[...] como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente [...]” (ARENDR, 2002, p. 60), constituído, portanto, na relação com os outros e na pluralidade de opiniões. Para a autora, expondo perspectivas com os outros e contra os outros, poderíamos vê-lo e conhecê-lo. Nessas reflexões, há o reconhecimento de que aquilo que falamos nasce de determinada posição, logo, reflete experiências e opiniões que, lançadas em espaço público compartilhado, tornam possível construir uma história comum.

Entendendo a enunciação como “[...] uma fração de uma corrente ininterrupta de comunicação verbal [...] que não poderá jamais ser compreendida ou explicada fora desse vínculo com sua situação concreta [...]” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2010, p. 128), não conseguimos compreender os enunciados produzidos pelo PPE (1980-2000) como neutros. Toda e qualquer enunciação nasce de determinados pontos de vista elaborados por consciências situadas sócio-historicamente, logo, são carregadas de valores, não indiferentes, comprometidas com determinadas visões de mundo. Com Arendt (2002), por

sua vez, compreendemos que é na liberdade do diálogo dessas múltiplas perspectivas que a política deveria ser sustentada, visando a um horizonte comum que não dispensa o dissenso, a diferença entre opiniões, tendo em vista uma esfera pública compartilhada.

Finalizando nossas reflexões, discutimos ainda a fragilidade da ideia de consenso e/ou unanimidade a partir do conceito bakhtiniano de polifonia e da ideia de pluralidade que sustenta a política para Arendt (1999). Analisando os romances de Dostoiévski, Bakhtin (2010a, p. 4) conclui que "A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski". Suas conclusões nascem do tratamento dispensado por esse escritor às suas personagens, uma vez que não admitia, em seus romances, heróis com imagem determinada, definida, estável. Sua compreensão das personagens como apenas um ponto de vista no mundo envolve-as em uma atmosfera de inconclusibilidade e inacabamento porque sempre abertas a novos pontos de vista, a novas visões e reflexões sobre o mundo e sobre si mesmas.

Assim, todo o material que serviria ao autor para que definisse sua personagem, serve a ela como material para sua reflexão sobre si mesma e sobre o mundo. O que importava para Dostoiévski, segundo Bakhtin (2010a), era a última palavra da personagem sobre si, sua consciência e sua autoconsciência. Isso tornava as personagens de Dostoiévski seres livres (mesmo de forma relativa, uma vez que vinculadas ao autor) e em constante diálogo, dispensando qualquer configuração constituída sem seu consentimento.

Essa garantia de liberdade das personagens de se insurgirem contra qualquer forma de acabamento exteriorizante compõe a tessitura do conceito de polifonia. Para Bakhtin (2010a), Dostoiévski retratou, em seus romances, a multiplicidade de vozes que, imiscíveis, podem ser ouvidas de forma equivalente e equipotente. Todas as vozes coexistem, não perdem sua independência; formam o todo do romance, mas não se fundem; refletem sobre questões a respeito de si e do mundo; mudam de opiniões; discutem consigo mesmas sobre conceitos preestabelecidos por outras vozes que a precederam ou que convivem com ela; polemizam; refletem e refratam diferentes posicionamentos, mas não se anulam.

Para Bakhtin (2010a), esse autor revelou, em suas personagens, a capacidade humana de descobrir-se por meio de sua autoconsciência e de rebelar-se contra qualquer definição à sua revelia. Em síntese, as vozes das personagens, em sua independência

(mesmo relativa) e em relação de igualdade, fazem-se ouvir. Multiplicidade de vozes e igualdade de condições para enunciar-se são ideias que atravessam o conceito de polifonia e, acreditamos, destoam de um consenso uno e uniforme, fundido e arrogantemente transformado em uma única voz.

Para o desenvolvimento do romance polifônico, Bakhtin (2010a) assinala que Dostoiévski renuncia à ideia de homem como objeto mudo, crendo em sua capacidade de se insurgir contra qualquer tentativa externa de definição, concebendo-o como consciência ativa e como inconcluso, inacabado. Esse autor compreende suas personagens como sujeitos de seus próprios discursos, consciências autônomas que coexistem e interagem em um plano que não funde suas vozes.

Logo, as categorias da coexistência e da interação são fundamentais na visão artística de Dostoiévski, permitindo a esse autor, segundo Bakhtin (2010a, p. 34), enxergar o múltiplo naquilo que se evidencia como uniforme. Então, "[...] onde outros viam apenas uma ideia, ele [Dostoiévski] conseguia sondar e encontrar duas ideias, um desdobramento; [...] em cada voz ele conseguia ouvir duas vozes em discussão [...]". É na contramão dessa multiplicidade e da complexidade dela decorrente, que situamos os consensos fabricados na vigência do PPE (1980-2000): dirimiram diferenças e eliminaram o diverso.

Discutimos, assim, outro desdobramento de uma perspectiva universalizante nos documentos do PPE (1980-2000) que desconsidera a potencialidade do múltiplo e da coexistência/interação de diferentes vozes. A potência da polifonia impõe a escuta das vozes envolvidas nesse diálogo, colocando-as em relação de igualdade e de plenivalência. Em nossa opinião, o consenso forjado pelos organismos internacionais por meio do Projeto Principal despotencializou o diálogo porque supervalorizou as concordâncias, suprimindo um profícuo debate público. Como já apontamos, apenas organizaram espaços performáticos de deliberação que nada mais fizeram que validar objetivos previamente arquetetados por diferentes organismos internacionais.

Dialogando com Arendt (2002, p. 48), articulamos a essas discussões o sentido da política que tem como base a pluralidade dos homens e em cujo centro está a liberdade, entendida "[...] como o não-ser-dominado e o não-dominar [assim] como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais". Iguais na possibilidade de tornar visíveis e audíveis suas opiniões e razões tendo em vista uma esfera pública compartilhada sempre imprevisível, pois, quando agimos, não sabemos os resultados de nossas ações e, se soubéssemos, não seríamos livres (ARENDR, 2010).

Portanto, aquele que age é sempre um iniciador. Nesse caso, a ação é a constituição provisória de significados humanos para um mundo que partilhamos com outros homens.

Assim, quanto maior for o espaço da política, maior será o espaço da liberdade e da circulação da palavra. Da liberdade emerge a espontaneidade do agir humano que irrompe no novo, no inesperado, no que a autora designa como milagre (novos começos que interrompem os automatismos da vida): "[...] homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável [...]" (ARENDDT, 2002, p. 44). Da liberdade, também, emerge a possibilidade de externar opiniões "[...] que não pode prescindir da presença de outros e do ser-confrontado com suas opiniões" (ARENDDT, 2002, p. 58).

Dessas enunciações notamos como a pluralidade e o dissenso são intrínsecos à política. Com as lentes arendtianas e bakhtinianas compreendemos, portanto, que os acordos unânimes preconizados pelo PPE (1980-2000) desqualificaram o debate público e eliminaram o diálogo por meio de tentativas deliberadas de controle da espontaneidade da ação dos homens e da diversidade das enunciações humanas. Concordamos com Paoli (2007, p. 225) que diz que esses acordos se configuraram como "[...] desenhos técnicos que delimitam a espontaneidade do debate e previnem transbordamentos indesejáveis". Nesse movimento, esvaziaram a política de seu sentido. Sob a afirmação de um discurso unânime, reforçou-se a fusão, ou melhor, uma visão globalizadora e uniforme que suprimiu o diverso. Nessa perspectiva, a beleza e a potencialidade da pluralidade ficaram condenadas ao anonimato.

Considerações Finais

O fato de que o conflito seja uma característica definidora da política está na raiz do desconforto em relação à própria política. Com frequência, ela aparece como um veículo para sua própria superação: a harmonia, que é a ausência de discórdia, é o traço comum aos diversos mitos e utopias políticos [...]. Mas também é uma característica das distopias, marcadas pela ausência de contestação [...]. As geniais observações de Maquiavel [...], há cinco séculos, permanecem válidas: o conflito é o indício de que há liberdade, de que os interesses de uma parte não subjugaram inteiramente os de outra (MIGUEL, 2014, p. 33).

As enunciações desse autor sintetizam nossa motivação ao dialogarmos sobre a temática aqui tratada. Em nossa compreensão ativo-responsiva dos textos que trataram da educação de crianças latino-americanas registrados nos Boletins produzidos na vigência do PPE (1980-2000), tornou-se urgente discutir os consensos estabelecidos na medida em

que foram situados na contramão do conflito, não o reconhecendo como aspecto inerente à política. Em nossas leituras, o incômodo produzido pelos dissensos reverberou na necessidade de sua superação, ou melhor, de sua supressão. Ele não consegue ser compreendido como intrínseco à esfera pública e ao diálogo, além de potencializador do agir humano; pelo contrário, o conflito é maléfico. Em seu lugar, um suposto consenso emerge como imperativo estratégico a fim de se alcançar determinado fim. Ainda fazendo uso dos enunciados do referido autor – que retoma Maquiavel –, o sinal explícito da existência da liberdade e da pluralidade dos homens (o conflito) cede lugar à uniformidade de ideias.

Nossas primeiras ponderações se veem sintetizadas nas palavras de Miguel (2014), mas puderam ser ainda mais potencializadas por Bakhtin (2010a, 2010b), Bakhtin e Volochínov (2010) e Arendt (2002). Seus escritos subsidiaram nossa análise crítica dos documentos e qualificaram nossas primeiras impressões a respeito dos consensos estabelecidos na vigência do Projeto Principal. Muito mais que a reunião de diferentes opiniões sobre a educação da América Latina e do Caribe, visando a um objetivo comum, concluímos que esses acordos foram forjados à luz de interesses particulares de determinados organismos internacionais e, portanto, nasceram desprovidos daquilo que é intrínseco à política: sua constituição na pluralidade do agir humano, no “entre-lugar” das interações humanas e em uma esfera pública. Além disso, os mesmos supostos consensos mostraram-se determinadores da vida desses povos, além de ideologicamente situados e débeis em sua formação (tendo em vista a eliminação do diverso).

Não duvidamos de que “A exacerbação do conflito inviabiliza a vida em comum – e, se ele é próprio da política, também é próprio dela ter como objetivo a construção de uma unidade, por mínima que seja, que permita essa vida” (MIGUEL, 2014, p. 33). Mas também concordamos que “[...] o reconhecimento da importância dessa preocupação não elimina o antagonismo das disputas políticas, nem o fato de que as regras e procedimentos não são neutros” (MIGUEL, 2014, p. 33). A primeira leitura dos consensos no PPE (1980-2000) nos impeliu a discutir essa suposta imparcialidade de motivações e procedimentos. Com Bakhtin (2010a, 2010b), Bakhtin e Volochínov (2010) e Arendt (2002), situamos as enunciações promovidas por esse projeto e as localizamos distantes da política e do diálogo.

Nossa aposta para acordos/consensos é de sua constituição a partir de uma esfera pública efetivamente dialógica e compartilhada, que toma como horizonte uma postura

ético-responsável (BAKHTIN, 2010) e ético-política (ARENDR, 2002). Em nosso dever de responder (agir) e tendo como compromisso o horizonte público (uma experiência compartilhada por uma comunidade), acreditamos na responsabilidade da atuação humana e em sua intencionalidade que nos convoca à ação e à superação de interesses particulares. Seja em análises de críticas de movimentos passados, seja nos tempos sombrios nos quais vivemos, esses diferentes autores nos instigaram ao questionamento das certezas mais irrevogáveis em torno dos consensos. Além disso, convocaram-nos à ação, ao posicionamento e à recusa ao anonimato.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. **Filosofia, política e ética em Hannah Arendt**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- ARENDR, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ASSY, Bethania. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos, SP: Editora Pedro & João, 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.
- CONSENSO. In: **Origem da palavra**. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/consenso/>. Acesso em: 1º ago. 2017.
- CONSENSO. In: **Dicionário informal**. Disponível em: <http://dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- GOMES, Candido Alberto. Enfoques teóricos em sociologia da educação. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 3-25, abr./jun. 1983. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/60672/58911>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização no Brasil e no Espírito Santo no período de 1985 a 2003**: relatório de pesquisa. Vitória, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 92, p. 13-43, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a02n92.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, n. 1, p. 1-14, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Celia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. São Paulo: Contexto, 2008.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA/ OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (UNESCO/OREALC). **El Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe (1980- 2000)**. Disponível em: http://portal.unesco.org/geography/es/ev.php-URL_ID=8588&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 1º dez. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA/ OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (UNESCO/OREALC). **Boletín 1**: Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe. Santiago, Chile, 1982. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/unesco/resources/publications/unesdoc-database/>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNÂNIME. In: **Origem da palavra**. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/consenso/>. Acesso em: 1º ago. 2017.

UNÂNIME. In: **Dicionário informal**. Disponível em: <http://dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Parte deste estudo foi viabilizada graças ao financiamento da Capes.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Reninni Taquini, Edward Ccolque, Alina da Silva Bonella.*

Submetido em 16/07/2019

Aprovado em 30/10/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)